



Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Mudança de paradigma: do bem físico para o intangível

POSICIONAMENTOS

Governo

- O conceito de propriedade está relacionado ao seu contexto. Passamos da noção de centralidade do bem físico na economia para a do bem intangível. Na internet a propriedade está diluída, não é mais um meio de produção da revolução industrial.

3º Setor

- As redes afetaram os intermediários profundamente
- O meio técnico mudou.

Academia

- Trâmite legislativo não acompanha as mudanças tecnológicas
- Mudança de paradigma em relação à sociedade industrial. Passamos de um modelo pautado na tecnologia industrial, para um baseado na informação e no fluxo de idéias

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



**Coordenador da Trilha
Hartmut Richard Glaser (Secretário-executivo CGI.br)**

Oradores iniciais indicados pelo setores do CGI.br:

3º Setor

Sérgio Amadeu (CGI.br,UFABC) e Marcos Wachowicz (Gedai - UFSC)

Academia

Omar Kaminski (CGI.br, IBDI)

Empresarial

Dr. Manoel Antonio dos Santos (ABES)

Governo

Corinto Meffe (MPOG) e Cristiano Lopes (Ministério da Cultura)

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



**Temas e questões apresentados pelos
oradores iniciais indicados pelos
setores do CGI.br**

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Mudança de paradigma: do bem físico para o intangível

PRINCIPAIS CONSENSOS

- Há uma mudança de regime de produção na passagem da sociedade industrial para a informacional
- Vivemos uma sociedade baseada no compartilhamento e na produção em rede.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Necessidade de adaptação legislativa

POSICIONAMENTOS

Governo

- Cada ativo tem sua especificidade. Há a necessidade de se alterar a legislação, na medida em que a produção se dá em rede, respeitando as especificidades para cada setor: software, música, cinema.

Empresarial

- A legislação deve ser aperfeiçoada e não flexibilizada.
- O Estado deve proteger a propriedade.

3º Setor

- É preciso legalizar uma prática social, a de compartilhamento e disseminação da diversidade.

Academia

- Acompanhar as mudanças na legislação e a jurisprudência.
- Ter uma visão prática do que é possível ser alterado.
- Informação não deve ser tutelada nem regulamentada segundo as regras do regime de produção industrial.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Necessidade de adaptação legislativa

PRINCIPAIS DISSENSOS

A legislação deve ser aperfeiçoada no sentido de proteger ainda mais a propriedade intelectual em oposição ao diagnóstico de que ela deve se adaptar às práticas sociais consolidadas pelos usos da Internet, como o compartilhamento sem tutelar o fluxo.

OUTRAS IDEIAS E REFLEXÕES

Regulamentar segundo o tipo de ativo.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Lei do Direito Autoral

POSICIONAMENTOS

Governo

- Deve-se pensar o direito autoral no contexto da Internet.

Empresarial

- Deve haver notificação de sites que violam direitos autorais.
- Quem tem seu direito violado, se for de fácil retirada, vai fazê-lo.

3º Setor

- Não há incentivo ao criador. Por que proteger 70 anos após sua morte se ele não precisa mais de estímulo?
- Não deve haver sistema de notificação.

Academia

- No artigo 105 A da LDA está sendo proposto o “notice and take down” e isso pode disseminar o medo em quem sobe conteúdo na Internet.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Lei do Direito Autoral

PRINCIPAIS DISSENSOS

- Deve haver notificação de um site em caso de violação de direitos autorais e sua consequente suspensão (“notice and take down”). Contrário a essa posição, acredita-se que não deve haver sistema de notificação.

OUTRAS IDÉIAS E REFLEXÕES

- O direito autoral não é feito para estimular a criatividade, mas para cercear as possibilidades de uso das obras.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede

TEMA: Registro de obras

POSICIONAMENTOS

Governo

- Registro obrigatórios.
- Criar uma gradação entre propriedade e o domínio público.
- Permite a criação de um acervo entre o que está livre e o que está protegido.



Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Pirataria

POSICIONAMENTOS

Empresarial

- Elevados índices de pirataria no Brasil.
- O crescimento da banda larga pode ampliar a pirataria
- A Internet representa a disseminação da pirataria.

3º Setor

- Estão convertendo em prática criminosa o compartilhamento sem fins lucrativos
- Não se trata de pirataria, mas de disseminação da diversidade.

Academia

- No artigo 105 A da LDA está sendo proposto o “notice and take down” e isso pode disseminar o medo em quem sobe conteúdo na Internet.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Pirataria

PRINCIPAIS DISSENSOS

- A Internet dissemina a pirataria em oposição à noção de que se trata de uma prática de compartilhamento e de estímulo à diversidade.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede

TEMA: Marco Civil

POSICIONAMENTOS

Empresarial

- No Marco Civil não há nenhum princípio que fale da proteção da propriedade intelectual.

Academia

- O Marco Civil deve ser preservado, não se deve inserir a discussão de direitos autorais nele.
- Discutir o tema da responsabilização de terceiros.
não criar lei que inviabilize a discussão ao incorporar todas as posições.



Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Marco Civil

PRINCIPAIS DISSENSOS

- Não deve incorporar a discussão de direitos autorais contra a proposta de que a propriedade intelectual, na medida em que consta na constituição, deve ser mencionada como princípio no Marco Civil.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Acesso à cultura

POSICIONAMENTOS

Empresarial

- O argumento do acesso é usado para flexibilizar o direito autoral.
- O Estado deve pagar pelo acesso à cultura por meio de programas como o Vale Cultura e não flexibilizando a legislação.

Academia

- Manter o princípio do compartilhamento do conhecimento e do acesso à cultura.
- O Marco Civil deve trazer novos parâmetros, princípios subjacentes à sociedade da informação.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Acesso à cultura

PRINCIPAIS DISSENSOS

- Defesa da incorporação do direito de acesso à cultura e ao conhecimento na legislação em oposição à ideia de que ele não deve ser usado como princípio das mudanças legislativas. O acesso deve ser responsabilidade do Estado por meio de políticas assistenciais.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Patente de software

POSICIONAMENTOS

Empresarial

O Estado não deve ter um Portal de Software Livre, pois prejudica as empresas nacionais, na medida em que quem se apropria desses softwares são empresas estrangeiras.

3º Setor

Não aceitar patentes sobre algoritmo, equação e software.

Academia

O software não é objeto de patente.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Patente de software

PRINCIPAIS CONSENSOS

Software não deve ser objeto de patente

OUTRAS IDEIAS E REFLEXÕES

Uma plataforma nacional de software livre pode prejudicar o desenvolvimento nacional.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



**Temas debatidos pelos
participantes na plenária**

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



GRUPO 1

Temas que foram previamente abordados pelos oradores

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Mudança de paradigma: do bem físico para o intangível

Problemas apontados

Diferente da era industrial, onde ativo era a tecnologia, agora ativo é a informação.

Propostas apresentadas

Adaptar-se à propriedade intelectual ou às novas práticas sociais?

Posicionamentos

- Mensurar a utilização do ativo cultural e tentar remunerar autores.
- Aceitar novo fluxo de compartilhamento livre.

Nível de Consenso e Dissenso

Dissenso entre os dois posicionamentos.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Necessidade de adaptação legislativa

Problemas apontados

Dificuldade de mensurar utilização e usuários de um ativo virtual: quando é por pessoa física, jurídica ou anônimo.

Propostas apresentadas

Haver legislação específica para cada tipo de obra.

Posicionamentos

- A favor de adaptação específica da legislação à cada tipo de obra.
- A favor de legislação rígida para obras em geral.
- A favor de legislação totalmente flexível ao compartilhamento independente do tipo de ativo.

Nível de Consenso e Dissenso

Dissenso entre os três posicionamentos.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Lei do Direito Autoral

Problemas apontados

Lei com demora para ser definida e aprovada.

Lei está defasada, o ambiente cultural é partilhado por essência.

Propostas apresentadas

- Constar na Lei o direito do autor escolher o tipo de compartilhamento de sua obra.
- Construir Lei lembrando que no Brasil apenas 1% dos artistas ganham com direito autoral. Defender interesse dos 99% restantes (porcentagens ilustrativas).

Posicionamentos

- A favor de autor com direito de liberar ou taxar compartilhamento de obras.
- A favor de legislação rígida com taxas ao consumidor e proteção do Estado ao autor
- Consideram idéia de direito autoral ultrapassada; momento ideal para se repensar esse conceito.

Nível de Consenso e Dissenso

Dissenso entre posicionamento.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Registro de obras

Problemas apontados

Prática de registro e gestão de obras ainda não é feita da maneira ideal
Creative Commons gera insegurança jurídica.

Propostas apresentadas

- Registrar-se obras de forma obrigatória em repositório único do Governo, com gestão do mesmo.
- Promover o registro em Creative Commons, é mais global que a licença proposta pelo MinC

Posicionamentos

- A favor de registros obrigatórios com licenças de diversas modalidades, dependendo do compartilhamento desejado pelo autor
- Não necessidade de nova catalogação; considerando também a já existencia do Creative Commons

Nível de Consenso e Dissenso

Dissenso entre posicionamentos.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Pirataria

Problemas apontados

Pirataria é crescente e prejudica autores e meios intermediários.

Propostas apresentadas

- Combater pirataria com ajuda da Internet; mecanismos devem ajudar a notificar quem está acessando obra.
- Estimular aquisição de obras originais através da pirataria (função de propaganda).
- Pagar-se downloads para remunerar o artista

Posicionamentos

- A favor dessa proposta.
- Internet teria assim papel limitador de conteúdos.
- Fazer download não é falsificar.

Nível de Consenso e Dissenso

Dissenso com forte tendência à criticar o conceito de pirataria e defender o compartilhamento livre de conteúdos.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Marco Civil

Problemas apontados

Necessidade de discussão do Marco Civil.

Art.15 do relatório apresentado pelo deputado Molon consolida acordos privados.

Propostas apresentadas

- Nortear nova realidade da Informação através de Marco Civil moderno.
- Incluir no Marco Civil defesa maior da propriedade intelectual.

Posicionamentos

- A favor de Marco Civil considerando cada vez mais os novos parâmetros da sociedade da informação.
- Sente-se falta de defesa à propriedade intelectual.

Nível de Consenso e Dissenso

Dissenso entre posições.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede

TEMA: Acesso à cultura



Problemas apontados

- O direito de acesso é usado para flexibilizar a legislação, quando deveria ser garantido por meio de políticas públicas assistenciais como o vale cultura
- A produção cultural já é financiada por recursos públicos no Brasil por meio de editais, ou seja, o conteúdo já é pago socialmente. Deveria haver como contrapartida disponibilização ao público do que é produzido.

Propostas apresentadas

- Não-publicação de artigos brasileiros em revistas estrangeiras fechadas.
- Liberar ao máximo conteúdos na internet visando estímulo à criação e consequente potencial econômico dessa criação artística e científica no país.

Posicionamentos

- Defesa das propostas como justiça aos autores.
- Proposta de não-liberação de conteúdos brasileiros à revistas estrangeiras fechadas (considerando intercâmbio global existente),
- Crítica ao acesso restrito e escassez de livros técnicos científicos. Muitos livros encontram-se esgotados ou com preços abusivos.

Nível de Consenso e Dissenso

Dissenso com tendência à defesa do acesso aberto às publicações científicas e disponibilização da produção artística e educacional que é financiada com recursos públicos.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Patente de softwares

Problemas apontados

A produção de software livre no Brasil é rica e só não é mais disseminada em razão das barreiras do idioma.

Portal de Software Público prejudica o desenvolvimento nacional na medida em que muitas empresas estrangeiras se apropriam do software brasileiro para desenvolver seus produtos.

Propostas apresentadas

- Liberar código fonte de Software desenvolvido com dinheiro público.
- Defender o não-patenteamento do software para, assim, garantir a interoperabilidade e a padronização.

Posicionamentos

- Posições a favor do software livre, citando que posicionamento brasileiro não deve imitar sistema americano de patentes.
- Defesa do software fechado, visando estímulo das micro e pequenas empresas, que são maioria no Brasil.

Nível de Consenso e Dissenso

Dissenso entre posicionamento com maioria de opiniões a favor do software livre.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



GRUPO 2

**Novos temas apresentados pelos
participantes na plenária**

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Notificações

Problemas apontados

A maioria dos sites é mantida por grupo coletivo ou pelo conjunto difuso dos usuários. Existe estímulo à criação de espécie de indústria de Notificações, onde escritórios de advocacia amedrontam quem sobe conteúdo na internet. Essa remoção de conteúdos sem ordens judiciais gera abusos.

Propostas apresentadas

- Haver sistema de notificação e contranotificação. Assim como o provedor retira o site, ele pode fazer com que volte.
- Retirada apenas autorizada com Ordem Judicial. Evitando abusos e censuras.

Posicionamentos

- É importante a instalação de sistema de notificações e contranotificações.
- Sistema de “notice and take down” pode ser usado contra a liberdade de expressão.

Nível de Consenso e Dissenso

Dissenso entre posicionamentos.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Novos modelos de negócio

Problemas apontados

Modelo de compartilhamento gratuito não estimularia criações.

A propriedade intelectual não é barreira para inovação. Nos EUA, por exemplo, a legislação de direitos autorais não impediu o surgimento de empresas como o Facebook.

Propostas apresentadas

- Modelo de negócio baseado em respeito aos direitos autorais.
- Observar casos de sucesso na Internet onde o compartilhamento de conteúdos é livre e mesmo assim o negócio sustenta-se considerando realidade atual: o custo de produção caiu e não incorre sobre o intermediário; diversos desenvolvedores de software livre trabalham de forma sustentável.
- Novos mercados (como o mercado gay) podem também servir de base para novos modelos de negócios e de como aplicá-los em outras áreas.

Posicionamentos

- Maioria dos artistas e criadores não concordariam com compartilhamentos gratuitos.
- Existe novo público sendo criado. Esse público pode remunerar por vontade própria (exemplo de sites de games).

Nível de Consenso e Dissenso

Dissenso com forte tendência a necessidade de adaptar-se a novos modelos de negócio.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede

TEMA: Envolvimento do Judiciário e Legislativo



Problemas apontados

Novas regulamentações em relação à Internet demoram muito tempo no Judiciário e Legislativo, enquanto o setor avança de forma muito dinâmica.

Propostas apresentadas

CGI ter postura de forte cobrança ao Governo quanto à velocidade na aprovação das novas leis sobre os conteúdos da Internet, como a Lei do Direito Autoral. Maior presença do Judiciário em fóruns como esse.

Posicionamentos

Críticas ao ritmo das decisões legais.

Nível de Consenso e Dissenso

Consenso.

Trilha 2 – Propriedade intelectual na rede



TEMA: Trilha e Fórum

Problemas apontados

Fóruns de discussão como dessa trilha devem ser contínuos.

Propostas apresentadas

Haver fóruns deliberativos virtuais.

Posicionamentos

- A favor da continuidade dessa discussão.
- Considera-se retrocesso discutir propriedade intelectual, considerando esse conceito ultrapassado.
- Discussão deveria ter opiniões mais propositivas.

Nível de Consenso e Dissenso

Consenso quanto à continuidade da discussão em plataformas digitais e dissenso quanto ao valor do conceito de propriedade intelectual.